

A PÁTRIA COMO META-CONCEITO DA NOVA DIREITA BRASILEIRA

Marina Rute Pacheco

João Marcos Escano Duarte de Souza

Resumo:

O conceito de pátria é um “coletivo singular” e carrega consigo uma história como processo, e não como relato ou vivência individual, ao passo que contém em si um horizonte de expectativa. Partindo desse pressuposto teórico-metodológico da História dos Conceitos, este artigo investiga como a ideia de “pátria” é mobilizada pela nova direita brasileira, considerando as especificidades do contexto social e cultural do país. Mas, qual o conteúdo desse conceito na nova direita brasileira? Como se relaciona à acepção tradicional definida pelo sentimento de pertencimento e de fraternidade ligados diretamente à terra natal? Quais as tradições intelectuais que informam o conteúdo desse conceito? Esse é o cerne da discussão do artigo.

Palavra-chave: pátria, nova direita; extrema direita; tória dos conceitos.

1. Introdução

“E sabe-se que a pátria é o alfa fundador de todas as filiações étnico-culturais e políticas, matriz que age como um apelo, ou melhor, como uma herança, cujo dever de transmissibilidade acena para contornos escatológicos.” (CATROGA, 2007, p. 23)

A ascensão da direita brasileira se insere no contexto de um movimento político ultraconservador de caráter internacional que se desenvolve desde o início do terceiro milênio. O levante dessa nova direita - cujos marcos incluem a vitória do Brexit em plebiscito no Reino Unido, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos da América e o desempenho eleitoral dos partidos *Rassemblement National* na França e *Lega Nord* na Itália - é caracterizado pela mobilização de uma retórica nacionalista que junta islamofobia e xenofobia como elementos de um discurso supostamente patriótico

(LÖWY, 2015). O artifício da “defesa da pátria” é utilizado como justificativa para a consecução de atos de violência contra minorias étnicas e religiosas em diversos países do mundo ocidental, de maneira que se busque a reafirmação de símbolos considerados genuinamente nacionais (RENTON, 2019).

O movimento brasileiro também traz consigo o conceito de “pátria” ao centro do debate político com matizes próprias ao contexto social e cultural do país. Quando comparada a outras experiências, a nova direita brasileira não pode ser definida nos mesmos termos; contudo, guardam entre si algumas importantes similaridades. De fato, o que há em comum é a crítica ao próprio sistema político e à corrupção institucional endêmica, o que no Brasil transfigurou-se principalmente em ataques aos governos do Partido dos Trabalhadores. Também surgiram duras objeções à participação do Estado na vida econômica e às políticas de inclusão - como as ações afirmativas nas Universidades e os programas de transferência de renda (ALVES, 2000).

Em sua maioria, os trabalhos produzidos sobre esse fenômeno político em território brasileiro (SANTOS; TANSCHKEIT, 2019; CODATO; BOLOGNESI ROEDER, 2015; CEPÊDA, 2018; CHALOUB; PERLATTO, 2016) utilizam-se da definição sobre o espectro político da direita obedecendo aos critérios estabelecidos por Bobbio (1995). Em linhas gerais, o traço distintivo fundamental entre esquerda e direita apresenta-se como um posicionamento, em eixo cartesiano, sobre o valor da igualdade entre os homens – a direita associa-se a uma imagem na qual “as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis” e, junto a esse critério, estaria mais propensa a aceitar o que é compreendido como “segunda natureza, ou seja, o habitual, a tradição, a força do passado” (BOBBIO, 1995, p. 105-106). Esse comportamento traduz-se em uma agenda política na qual a desigualdade, tomada como natural, deve ser gerida pelas leis da economia de mercado, sem a gerência do Estado, e as tradições, compreendidas na mesma chave, devem ser preservadas sob a ideia de manutenção da ordem.

O caso brasileiro compreende, na análise de Santos e Tanscheit (2019), a transição de uma “direita moderada” mais próxima ao tipo estabelecido por Bobbio (1995) para uma “direita radical”, cujos traços distintivos são uma aglutinação da defesa do neoliberalismo e do conservadorismo, ao passo que despreza o sistema político vigente e a democracia representativa. A transição e a reorganização da direita iniciam-se nos anos 90, com a associação entre os setores liberais e os conservadores mais tradicionais durante o governo de FHC. Contudo, a consolidação do Partido dos Trabalhadores no espaço político nacional após a vitória em 2002 e o seu movimento de aproximação ao centro

para a formação da coalizão governista provocam uma guinada mais radicalizada da direita, reorientando seu eixo discursivo e criando uma espécie de “tempestade perfeita” que abriu espaço para o avanço da ala mais extremista. O trajeto da utilização do conceito de pátria no campo político da direita brasileira segue padrão semelhante.

Com as primeiras denúncias de corrupção contra o governo do Partido dos Trabalhadores em 2005, a direita brasileira, inicialmente organizada sob a coalizão oposicionista PSDB-DEM. Articula-se, então, um discurso salvacionista atrelado a um suposto ideal patriótico, cujo objetivo central é combater a corrupção no sistema político e formar “um governo de união, acima dos partidos”, e que “ele tenha o tamanho da nossa Pátria, mãe gentil, Pátria amada, Brasil.”, ideias expressas na propaganda eleitoral de José Serra nas eleições de 2010 (DIAS, 2013, p. 210). Durante as manifestações que sucederam o pleito de 2014 e precederam a abertura de processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff, em 2015, já se mostrava a reivindicação de exclusividade do patriotismo pela direita, com a adoção dos símbolos nacionais e das cores da bandeira como identidades de seu movimento (TATAGIBA *et. al*, 2015). A radicalização do uso do conceito ganha forma na retórica de Jair Bolsonaro, quando identifica em seus adversários políticos “os inimigos da Pátria, da ordem e da liberdade”¹.

Dessa maneira, o uso de “pátria” insere-se na classe de vocábulos que, segundo Reinhart Koselleck ([1979]; 2006, p. 109), “reúne em si diferentes totalidades de sentido” os conceitos sociais e políticos. Através do conceito, um ator político exprime determinados conteúdos de experiências e delinea certos horizontes de expectativas, dando à palavra um conteúdo que ultrapassa a dimensão meramente descritiva e opera simultaneamente como indicador desse conteúdo e fator que o altera. Portanto, quando o manifesto assinado pelos “504 Guardiões da Nação”² invoca “diversos grupos de cidadãos patriotas” que se posicionam contra o Judiciário e o Legislativo, ou quando Jair Bolsonaro declama o lema do Integralismo em comício eleitoral - “Deus, Pátria e Família”³, há uma tomada específica de sentido sobre o conceito de pátria. O grupo

¹ BRASIL. Presidente (2018-2022: Jair Bolsonaro). *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional*. Brasília, 1º jan. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

² AGOSTINI, Renata. *Militares da reserva divulgam manifesto indicando 'enérgico repúdio' ao STF*. 2020. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/06/18/militares-da-reserva-divulgam-manifesto-indicando-energico-repudio-ao-stf>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

³ CARAMURU, Pedro *et al*. *No Nordeste, Bolsonaro pede votos em 'quem tenha Deus no coração' e repete lema do Integralismo*. 2020. O Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,no-nordeste-bolsonaro-pede-votos-em-quem-tenha-deus-no-coracao,70003459463>>. Acesso em: 05 nov. 2020.

político da nova direita preenche o conteúdo de sua identidade através da generalização de um termo, transformando-o em conceito. Além disso, o termo é mobilizado de tal maneira que, muito além de expressar um conteúdo prévio de valores e tradições culturais, é definido pelo indicativo da ação política, de um ideal normativo a se construir ou preservar, manifestando, portanto, um determinado horizonte de expectativa.

Sendo assim, a nova direita brasileira reivindica para si a universalidade do termo “pátria” em um sentido próprio e radicalizado. Mas, qual o conteúdo específico do conceito de “pátria” para a nova direita brasileira? Como se relaciona à acepção tradicional definida pelo sentimento de pertencimento e de fraternidade ligados diretamente à terra natal? Quais as tradições intelectuais que informam esse conceito? Com a finalidade de responder a essas questões, partiu-se do pressuposto que a “pátria” é uma construção cujo sentido se transforma a partir do uso em diferentes contextos históricos, e que o trabalho do historiador conceitual não se limita às fontes textuais primárias e contemporâneas. Os principais veículos da nova direita brasileira e sua *intelligentsia* constituem as fontes primárias tratadas aqui, observando a mobilização retórica do conceito a fim de identificar os processos de permanência e transformação experimentados e as particularidades de seu conteúdo no contexto da política brasileira contemporânea. Além disso, são também fontes primárias da pesquisa o levantamento dos discursos e pronunciamentos oficiais do atual presidente da República, coletados na homepage do Planalto Central.

Os principais achados da pesquisa apontam para a mobilização de “pátria” como um meta-conceito por parte da nova direita brasileira. O sentido manifesta-se num léxico terminológico amplo, valendo-se de termos como “Brasil”, “nação” e “povo”. Catalisadores de frustrações e anseios, esses termos são orientados em função de um conteúdo cujo sentido é politizado, e se torna a chave para expressar uma gama de ideias e valores. Os dois principais temas desse discurso são o decadentismo da civilização e da pátria frente à “vulgata marxista”⁴, e o resgate da experiência política pretérita dos conservadores brasileiros (seja do império ou da primeira república), a fim de solucionar um equívoco - atribuído ao Partido dos Trabalhadores - que coloca o Brasil “na contramão da história” (COUTINHO *et al.*, 2012, p. 83). Começamos, então, por um olhar sobre a cosmovisão dos principais autores da nova direita brasileira.

⁴ Expressão retirada do blog de CARVALHO, Olavo. 500 anos em cinco notas. **Bravo!** Abril de 2000. Disponível em: < <https://olavodecarvalho.org/500-anos-em-cinco-notas/> >.

2. A cosmvisão da nova direita no Brasil

Ao longo da última década, muitos foram os esforços dos acadêmicos brasileiros no sentido de mapear quais as principais figuras intelectuais do que se convencionou denominar de “nova direita”. Em especial, dois trabalhos informam o recorte bibliográfico aqui apresentado: são eles os artigos *A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais* (CEPÊDA, 2018) e *A “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política* (CHALOUB; PERLATTO, 2016). A seleção de autores retratados por ambos os textos inclui, de forma não exaustiva, os nomes de Olavo de Carvalho, Luiz Felipe Pondé, Rodrigo Constantino⁵, Reinaldo Azevedo, João Pereira Coutinho e Lucas Berlanza. Tais autores encontraram grande destaque no mercado editorial brasileiro, bem como espaço nos veículos tradicionais - Pondé, Constantino e Azevedo são colunistas de jornais e periódicos de grande circulação como *O Globo*, *Veja* e *O Estado de São Paulo*. Esses autores também são ativos nas mídias digitais, sobretudo Olavo de Carvalho, cujo canal no site YouTube soma aproximadamente 62 milhões de visualizações e 1 milhão de inscritos.

A dificuldade que se apresenta inicialmente diz respeito a um veredito sobre a coesão teórica da direita contemporânea brasileira. Se estamos lidando com um “armário” que “possui inúmeras prateleiras, onde repousam projetos, intenções, valores e concepções políticas heteróclitas” (CEPÊDA, 2018, p. 52), devemos observar quais as principais correntes teóricas ligadas a esse movimento. O trabalho de Chaloub e Perlatto (2016), por exemplo, apresenta uma proposta organizativa em dois eixos principais, quais sejam: uma *direita teórica* - na qual encontram-se Olavo de Carvalho, Luiz Felipe Pondé e João Pereira Coutinho, por exemplo - cuja preocupação é “demonstrar a precariedade do ambiente intelectual brasileiro” a partir de argumentos mais longevos; e uma *direita militante* - representada, em sua maioria, pelos colunistas de periódicos como Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino - mais heterogênea e dedicada à polemização pública. Outro exemplo é a taxonomia proposta por Salles (2017), dividindo o campo da direita

⁵ Ainda que seja um influente colunista, membro e fundador do Instituto Millenium, optamos por não analisar seus escritos nesta pesquisa porque no levantamento realizado não foi encontrado quaisquer escritos cujo objeto de discussão fosse a questão do patriotismo brasileiro, da ideia de pátria ou de defesa de um projeto de nação.

em dois eixos – um liberal e um conservador – e cada eixo em três subgrupos, classificados de acordo com as ênfases em elementos como o tradicionalismo cultural e religioso, a maior ou menor aceitação da modernidade capitalista e a extensão da influência do pensamento conservador anglo-saxão.

Se tomarmos a reflexão de Berlanza (2017, p.9), por exemplo, veremos a defesa de que a nova direita brasileira é herdeira de tradições anteriores, as quais ele define como “defensoras da liberdade econômica, da prudência, do respeito às instituições e aos valores superiores às circunstâncias históricas e às conveniências”. Na coletânea *Por que virei à direita*, Luiz Felipe Pondé define a si mesmo como “um empirista e um cético”, “de certa maneira, um iluminista britânico”, “conservador como Oakeshott: conservador em política e liberal no resto” (2012, p. 80-81), enquanto faz um esforço profundo para definir as bases filosóficas de seu conservadorismo através de uma visão trágica que aglutina Hume, Burke, Tocqueville, Nietzsche e Dostoiévski.

Assumindo, também, filiação com a matriz conservadora inaugurada por Edmund Burke, João Pereira Coutinho (2014) reflete sobre as ideias conservadoras a partir de uma compreensão polissêmica, por defender que esta ideologia política deve ser tratada no plural. Nesse sentido, partindo das diferenças desenvolvidas por Michael Oakeshott entre disposição conservadora e conservadorismo político, Coutinho (2014, p. 25) argumenta que “uma disposição política conservadora, no entanto, não recusa apenas as ambições utópicas (e futuras) dos revolucionários. Ela permite, igualmente, distinguir o conservador da sua caricatura habitual: o reacionário.” Enquanto ideologia reativa o conservadorismo é essencialmente anti-utópico, seja remontada ao passado (reacionarismo), seja voltada ao futuro (revolucionário). Assim, “um governo conservador será um governo necessariamente mais modesto e prudente na sua função.” (COUTINHO, 2014, p. 100).

Talvez o mais famoso ideólogo da nova direita brasileira, Olavo de Carvalho defende um conservadorismo cujas nuances ideológicas são diferentes. Em sua obra, há o diagnóstico de uma crise civilizacional generalizada, decorrente do afastamento perene em relação aos valores cristãos (MARIUTTI, 2020, p. 9); para Olavo de Carvalho, o distanciamento entre a cultura estabelecida e seu sentido original, qual seja, a busca pela visão cósmica através da transcendência espiritual, é responsável por uma derrocada que culmina num “debate entre ignorantes e cegos esmagados sob toneladas de registros materiais tornados incompreensíveis” (CARVALHO, 2013, p. 50). O *leitmotiv* de sua obra é o estabelecimento de uma guerra cultural, na qual se pretende extinguir o suposto

legado do “marxismo cultural” e o restabelecimento do tradicionalismo. Essa leitura faz com que Coutinho o descreva como um representante do ‘reacionarismo’, afirmando que o autor brasileiro “faz marxismo avesso” (COUTINHO, 2018) e questiona o caráter genuíno de seu conservadorismo.

Em artigo denominado *Por que não sou liberal*, publicado originalmente em 1997, Coutinho (2018) trata de uma aparente diferença irreconciliável entre conservadorismo e liberalismo, a partir de um ponto de vista no qual o primeiro se apresenta como “a civilização judaico-cristã elevada à potência da grande economia capitalista consolidada em Estado de direito” enquanto a segunda representa “um momento do processo revolucionário que, por meio do capitalismo, acaba dissolvendo no mercado a herança da civilização judaico-cristã e o Estado de direito”. Embora haja um amplo reconhecimento da figura de Olavo como o “pai” da nova direita brasileira (VALLADÃO, 2018), o autor travou diversos embates com jornalistas ligados à direita de corte mais liberal, como Reinaldo Azevedo e Rodrigo Constantino, além de criticar publicamente diversas figuras da direita nacional através das redes sociais - o que lhe confere, apesar da notoriedade e da reverência, um certo isolamento em relação a seus pares.

É possível identificar, apesar de todos os dissensos e particularidades, um projeto comum de tomada do espaço público e disputa pelo sentido dos eventos e símbolos da história do Brasil. A maioria desses autores reivindica uma linhagem intelectual comum, autodeclarada como liberal-conservadora. Um tema que justifica a tomada de posição dos autores é o embate estabelecido pela dicotomia de Oakeshott entre a “política da fé” - dedicada a uma perfectibilidade humana inalcançável, e associada à esquerda - e a “política do ceticismo” - o exercício de organização da vida cotidiana, uma redução do papel político dos governos pelo conservadorismo, de maneira que atribuem a seus adversários uma estupidez infantil, uma “crença pueril” na resolução do problema da igualdade pela via do Estado. Configura-se, então, uma disputa intelectual entre os que se definem como defensores da “liberdade” e do “bom senso” (AZEVEDO, 2013), devidamente equipados com elevado espírito público e intelectualidade orgânica, conhecedores da realidade brasileira, contra aqueles que são responsáveis pela derrocada moral, econômica e institucional do país (CHALOUB; PERLATTO, 2016, p. 34), representados por uma confusa e amorfa massa que aglutina tendências políticas sob as categorias de esquerdismo e estatismo, entre outras.

Outra característica importante para o desenvolvimento da retórica da nova direita

brasileira é a dura e seletiva crítica dirigida ao ambiente universitário - identificado como doutrinário, acrítico, desonesto e aparelhado. Para esses intelectuais que publicam e disseminam suas ideias primordialmente fora do ambiente acadêmico, seja através das redes sociais ou em colunas de jornais, denunciar a intelectualidade tradicional significa levantar um auto de resistência político na direção de um ambiente alienante, doutrinário e monolítico onde o “marxismo cultural” impera e o ensino “segue a ser majoritariamente substituído por uma agenda doutrinária que torna a educação um instrumento do submarxismo tacanho, sob o pretexto de estar “formando cidadãos transformadores do mundo” (BERLANZA, 2017, p. 8). Contudo, a todo tempo são referenciadas as figuras do iluminismo britânico e do conservadorismo clássico, como os políticos do Brasil Império educados na Universidade de Coimbra, onde “o iluminismo propagado [...] era mais comedido e cauteloso” (NARLOCH, 2009) e sobram referências e ênfases às posições catedráticas de vários autores do campo conservador - como a constante referência ao “professor” e “grande mestre” Olavo de Carvalho (VALLADÃO, 2018; CANCIAN, 2020), de maneira que se busca construir um argumento próprio de autoridade.

A demarcação de um lugar no ambiente acadêmico por parte desses autores faz parte de um projeto de afirmação de identidade, abandonando o rótulo de “direita envergonhada” (MAITINO, 2018) em prol de uma postura militante voltada às disputas por espaço nas arenas políticas. Decorre, então, que a ‘novidade’ da direita contemporânea se encontra na negação da herança intelectual das Ciências Sociais brasileiras - supostamente dominada pelo ‘marxismo cultural’ - e no resgate de um pensamento conservador, tido até então como esquecido (BERLANZA, 2017). Nesse sentido, a organização da nova direita compreende um grande esforço editorial e literário que pretende construir um arcabouço intelectual próprio, e resgatar na lembrança a história desse pensamento. Mobilizado pelo ódio ao marxismo cultural, o apetite intelectual por defender “o sagrado valor da liberdade individual e da tradição da Civilização Ocidental, ancorada no Cristianismo” (VÉLEZ-RODRÍGUEZ, 2015, p. 4) transforma-se na bandeira de combate à “dieta ideológica de fome” administrada pela esquerda brasileira (Ibid., p. 3).

De posse das reflexões apresentadas acima, podemos identificar as principais características discursivas da intelectualidade ligada à nova direita brasileira: a celebração de um ideário liberal-conservador, a crítica ferrenha à esquerda e ao projeto de tomada do espaço público a partir da massificação de trabalhos e da multiplicidade de meios

utilizados, sobretudo as mídias digitais e redes sociais. Todos os autores articulam, de formas distintas, um discurso que remete ao patriotismo e ao seu conteúdo específico. Prossigamos agora a um estudo mais detido sobre a discussão em torno do conceito de *pátria* na literatura da nova direita, suas principais características e influências intelectuais e políticas.

3. O conceito de pátria em disputa 3. O conceito de pátria em disputa

A ‘pátria’ é a origem de todas as origens, húmus sacralizado que, se gera, também filia e se impõe, quase holisticamente, como uma herança e como um dever de transmissibilidade. (CATROGA, 2007, p. 14).

Podemos extrair diversos planos e elementos diferentes que se aglutinam ao redor de um conceito e informam o seu conteúdo em cada realidade histórica. No caso do conceito de “pátria”, identificamos uma religião, uma língua, uma ideologia, um patrimônio cultural próprio, entre outros. Um conceito longo como o de pátria, cuja origem remonta a Homero, é representativo das mudanças e ressignificações que se desenrolam continuamente ao sabor das diferentes épocas e projetos políticos. É importante fixar esse caráter amplo e multifacetado do conceito aqui trabalhado, uma vez que “será a partir da ideia e do sentimento de pátria que comunidades e grupos narram a história que os identifica (e os constrói) como famílias alargadas e como comunidades étnico-culturais” (CATROGA, 2007, p. 14).

Através da invocação à pátria, um grupo político exprime diferentes imagens, símbolos e organizam ideias advindas de várias dimensões. Num sentido original e básico, a pátria diz respeito a uma fidelidade telúrica, centrada no culto à ancestralidade e aos afetos invocados a partir daí - os sentimentos pátrios de pertencimento e sucessão, ou “sentimentos quentes” (Ibid., p. 13). Ocorre que a experiência histórica ocidental, a partir da *res publica* romana, liga o afeto pátrio ao projeto de construção do bem viver, da comunidade política e de seu governo. No limiar da modernidade, com Maquiavel, já se pode falar sobre o sentimento patriótico em termos do “amor à pátria e às suas leis” (MAQUIAVEL, 2007, p. 49), no sentido de um afeto ligado à tradição da comunidade política a qual se pertence, ainda que em uma expressão que relaciona a *virtù* ao bem comum, e ao sacrifício dos interesses particulares pela coletividade (CATROGA, op. cit., p. 18).

Entretanto, o conceito de pátria no mundo ibérico experimenta um processo de ressignificação e alargamento entre os séculos XVIII e XIX, seguindo as tendências do quadro político e social do restante da Europa (PAMPLONA, 2014, p. 275). Sob a influência do Iluminismo, o conceito adquire contornos de uma politização mais explícita: passa a expressar a ideia de patriotismo por meio da defesa de um projeto específico – o abandono do absolutismo e a consolidação dos Estados-nação sob a égide dos ideais da liberdade individual e da racionalidade governamental. De uma certa maneira, a polaridade é invertida e o patriotismo não mais trataria do apreço à liberdade ‘dos antigos’ e sim a dos ‘modernos’, tomando emprestada a expressão de Benjamin Constant; em outras palavras, o sentimento não se restringe mais às liberdades específicas de cada estrato e pequeno grupo de membros de uma pequena comunidade como as vilas, e passa a tratar de um ente maior e abstrato que inclui todos os indivíduos que se compreendem como cidadãos do país. Inspirados pelas revoluções liberais na Europa, os movimentos políticos ocorridos no Brasil durante a primeira metade do século XIX, sobretudo a Independência, mobilizam amplamente a linguagem do patriotismo em prol da construção de uma identidade nacional e de um ente soberano (Ibid., p. 280). A partir do Segundo Reinado, o uso do conceito de pátria se associa e, em muitos casos, passa a ser confundido com os de ‘nação’ e ‘Estado’.

É importante ressaltar os aspectos concernentes à ressignificação do conceito de pátria no Brasil até meados do século XIX, pois o discurso da nova direita brasileira remonta, frequentemente, ao pensamento dos homens da monarquia brasileira, em especial os políticos conservadores – Joaquim Nabuco, o Barão do Rio Branco e o Visconde de Cairu, entre outros. Ou seja, o Brasil de Dom Pedro II representa para esses autores “a consolidação do Estado, a preservação de sua integridade territorial, a formação do povo e a construção de uma identidade nacional” (LIMA, 2015, p. 10) e, mais do que tudo, “uma das experiências políticas mais fascinantes do mundo, em que homens de refinamento, inspirados nas bibliografias filosóficas europeias, procuraram edificar um projeto de país sobre uma “nação”, isto é, um tecido social extremamente arcaico, agrário e baseado na economia escravagista.” (BERLANZA, 2017). Luiz Phillipe de Orleans e Bragança (2017) aponta, por exemplo, a oposição entre o “Estado interventor e autocrático” republicano e a ordem monárquica, que “acumulava conhecimentos da experiência da humanidade até aquele ponto, no que diz respeito a direitos individuais e organização do Estado, e refletia os aprendizados adquiridos em quase 3 mil anos de civilização ocidental.” (p. 208).

O contraste fundamental que se estabelece na retórica da nova direita opõe o Brasil monárquico ao republicano. Segundo Garschagen (2015, p. 73), o regime fundado em 1889 encerra não apenas a trajetória imperial, mas “a parte benéfica de sua experiência de quase sete décadas de Brasil independente, incluindo a tentativa de desenvolver um governo representativo para delimitar o poder de cooptação pelo Estado patrimonial.”. De maneira semelhante pensa Bragança (2017, p. 210), quando discorre sobre a falta de legitimidade das constituições que sucederam a carta do Império e da formação de um Estado “que limita liberdades em vez de protegê-las”. Segundo a nova direita brasileira, a pátria brasileira encontra a sua derrocada quando abandona os valores da liberdade em prol do patrimonialismo.

O Estado Patrimonial, para esses autores, ultrapassa e distorce o diagnóstico formulado por Faoro (2001) em *Os Donos do Poder*. Isto porque há um forte aspecto culturalista, e uma oposição que pode ser melhor compreendida na chave do embate entre iberistas e americanistas, como proposto por Werneck Vianna (1991). Um exemplo categórico desse americanismo é a premissa básica do livro *Por que o Brasil é um país atrasado?* (2017), escrito por Luiz Phillipe de Orleans e Bragança, descendente da família real brasileira. No livro, o autor discorre sobre como a Carta de 1824 trazia “modelo constitucional elaborado para o Brasil vinha de um processo evolutivo das ideias liberais da Inglaterra e dos Estados Unidos e criava os alicerces para a organização de uma sociedade em que prevaleceria a liberdade, o equilíbrio e a estabilidade” (p. 208). Uma outra pista importante é a alcunha de *Founding Father* brasileiro atribuída a José Bonifácio, associando a figura do patriarca da Independência à de defensor perene da liberdade nos moldes do liberalismo norte-americano (BERLANZA, 2017, p. 94; BRAGANÇA, 2017, p. 188)

A conclusão sobre o patrimonialismo brasileiro, para a nova direita, é que ele resulta da influência do Estado português na formação do Brasil, sobretudo através das reformas realizadas pelo Marquês de Pombal. Dom Duarte, descendente da família real portuguesa, em entrevista recente (BRASIL PARALELO, 2017) posicionou-se acerca da influência pombalina no Brasil, caracterizando-a como “catastrófica” para o desenvolvimento cultural do Brasil, porque “ao expulsar os jesuítas ele [o Marquês de Pombal] destruiu uma obra de cultura que se tivesse continuado o Brasil era mais desenvolvido que os Estados Unidos da América do Norte, sem dúvida nenhuma.” Os autores brasileiros pensam de forma semelhante:

O pombalismo, este nada elegante substantivo, nos legou uma mentalidade e uma estrutura que eram a face de seu comandante político: arrogante, tirânico e autoritário. Pombal deixou sua marca gravemente intervencionista em nossa história. (GARSCHAGEN, 2015, p. 25 apud BONFIM, 1935, p. 120).

O legado instituído pela herança do déspota esclarecido seria a origem mais remota do chamado “Estado paquidérmico”, expressão usada por Berlanza (2017, p. 10) para denominar o aparato estatal brasileiro durante o século XX, a partir da Era Vargas. Ainda que muitos dos autores procurem referências nos liberais brasileiros do século XX - José Guilherme Merquior e Roberto Campos, por exemplo, o período de forma geral é identificado como expressão desse abandono da trajetória rumo ao esplendor brasileiro, tornando o Estado robusto e, na visão desses autores, “totalitário”. Assim, essa herança lusitana nada mais é do que uma expressão antipatriótica da nação “Tupiniquim”, adjetivo trazido por Berlanza (2017, p.9, p.50, p.104, p. 179, p.232) para frisar as especificidades brasileiras.

É possível notar a repetição do termo " tupiniquim" entre os autores da nova direita como algo semelhante ao louvor romântico ufanistas de apreço aos mitos nacionais, não tão diferente do nosso herói Peri, de *O Guarani*, escrito naquele mesmo período elogiado pelos autores da nova direita, o Império Brasileiro. O autor, José de Alencar, imaginava uma nação independente de Portugal. O tupiniquim aqui, pode ser lido como o nativo legítimo dessa nação chamada Brasil. É como se o vigor do bom selvagem, sua coragem em defender sua terra Natal contra os ímpetus do Outro seja o elemento resgatado por esses autores. Tal defesa soa como um romantismo tardio, no qual a exaltação das belezas naturais do “paraíso tropical” é deixada de lado, ainda que apreciadas, a fim de estabelecer mitos a serem admirados. Esses autores, portanto, se identificam com a imaginação novecentista disseminada no Império, que tem na imagem do herói nacional indígena um símbolo patriótico, ainda que não falemos mais a língua dos nativos, e mesmo se conhecer de perto suas culturas. A imagem romântica é resgatada. Além disso, a herança cultural do negro no Brasil foi completamente esquecida por esses autores, que apenas os citam para reconstruir a história do período da escravidão brasileira e dos trabalhadores das lavouras de cana-de-açúcar - o que não dá espaço sequer para observar se há ou não um elogio ao “mito da democracia racial” no Brasil, uma vez que sequer a matriz cultural afro-brasileira é comentada. Logo, apesar das elogiosas referências feitas a Gilberto Freyre - sobretudo por parte de Olavo de Carvalho, que enxerga no sociólogo “uma das quatro nascentes” do pensamento brasileiro (1997, p. 61)

- a leitura de sua obra é instrumentalizada meramente como forma de escrita que se salvaria do ‘marxismo cultural’.

É assim que ao forjar uma história revisionista, o esforço dos autores consiste em delinear a ideia de pátria que informa seu posicionamento e crítica – seus referenciais teóricos, suas influências políticas e o arcabouço imagético ao qual recorrem. Thomas Giulianno enfatiza que:

História é lugar de pessoas sérias, não querem agradar partidos, querem investigar os temas, isso é História. [...] há sempre a força do instante, a nossa vida é formada por instantes definitivos até o instante final que é o instante da morte. E no Brasil os instantes políticos, os grandes instantes políticos, são discutidos de um modo muito escasso, e na maior parte das vezes para garantir interesses interpretativos e não um interesse genuíno com as fontes de investigação de leitura do passado. Não para construir uma nova história do Brasil, de um Brasil perfeito, não, é para discutir a história do Brasil tal qual ela foi (BRASIL PARALELO, 2017).

Disso decorre que o patriotismo a lá brasileira é o patriotismo de uma terra imaginada, submersa num horizonte de possibilidades e expectativas. Aos patriotas, que desejam que é o país imaginado se torne realidade, Olavo de Carvalho (2013, p.52-53) chama-lhe à missão:

Lutar para que a cultura brasileira se ligue às fontes centrais e permanentes do conhecimento espiritual, para que a experiência da visão espiritual ingresse no nosso horizonte de aspirações humanas e, uma vez obtida, faça explodir, com a força das intuições originárias, todo um mundo de formas imitativas e periféricas, gerando uma nova vida. O resto é pura agitação sem finalidade.

A reconstrução cultural proposta pela nova direita se dá em prol do resgate das origens da cultura brasileira na herança portuguesa e no legado judaico-cristão da civilização ocidental. Se grande parte do diagnóstico sobre a situação catastrófica da cultura brasileira (CARVALHO, 2013) está ligado ao afastamento da cultura brasileira em relação às suas origens, e ao fato de que os brasileiros não dispõem de nenhum “senso de tradições históricas que possam dar alguma substância à noção de ‘pátria’” (Ibid., p.375), então toda a ideia de patriotismo ou nacionalismo torna-se inócua e um mero mimetismo; a solução, segundo o autor, consiste em um esforço de reconectar o Brasil às “fontes centrais e permanentes do conhecimento espiritual” (Ibid., p. 52) - leia-se, à tradição filosófica ocidental. Desenvolve-se, então, uma tentativa de culto aos “heróis nacionais”: uma galeria que se inicia com os monarcas e navegadores portugueses, passa por José de Anchieta, pelos bandeirantes e deságua no século XIX. Isto porque há a construção de um diagnóstico de perda de identidade nacional porque não há história

brasileira que visa recuperar os heróis nacionais e a história dos mitos fundantes. Olavo de Carvalho, no primeiro episódio do documentário *Brasil: A Última Cruzada* afirma que: “Você faz apologia do território, dos bichos e dos índios e os heróis nacionais desapareceram. A apologia do território separada da apologia daqueles que a conquistaram não faz o menor sentido” (BRASIL PARALELO, 2017).

O resgate da memória cultural e histórica é fundamental à construção da ideia de pátria para a nova direita brasileira, isto porque há a compreensão de que “uma civilização se funda com orientações gerais que vem do mito” (Olavo de Carvalho em *Brasil Paralelo*, 2017), e, portanto, imaginar uma pátria a ser amada é se aproximar e resgatar grandes personalidades políticas que deixaram um legado através de grandes feitos. Além disso, defendem que é preciso estabelecer “um ideário de nação, que congregue o espírito cívico dos brasileiros, instigando-os à própria emancipação mediante a defesa dos valores da liberdade” (BERLANZA, 2017, p. 105). É nesse sentido que a retórica da nova direita brasileira faz referência, em diversas ocasiões, à necessidade de uma reconstrução histórica, cultural e política do Brasil: mobilizando eventos que constituem mitos fundadores, articula-se um discurso que conecta a origem na civilização ocidental a uma trajetória de grandiosidade interrompida, marcada pelo abandono de valores e tradições, a partir sobretudo da Era Vargas.

Se o conceito de pátria está relacionado a uma memória e a um dever de transmissibilidade, essa passagem se dá por meio do revisionismo histórica em busca do elo perdido que resgata o orgulho nacional; por outro, recuperar esse elo perdido implica em ter por horizonte a reconstrução da pátria mãe Brasil e isto não é senão a luta contra o “rançoso legado da ideologia marxista” (CARVALHO, 1999, p. 183). Isso porque a luta contra o chamado “marxismo cultural” coincide com a luta contra a esquerda, uma vez que estando no poder durante anos é lida como responsável pela decadência do Brasil. A noção de esquerda para esses setores da direita brasileira está intimamente associada ao jacobinismo da Revolução Francesa, cuja expressão máxima é Robespierre: “nutrido de uma paixão exacerbada pelas suas ideias, não via limite para suas ações, desde que praticadas em nome da causa”, apresenta-o o narrador do documentário da *Brasil Paralelo* (2017, ep. 2). Além disso, Flávio Morgenstern (*Ibid.*, ep. 3) afirma que aquela experiência política era didática para se compreender a esquerda contemporânea, entendida como uma nova e igualmente nefasta forma de jacobinismo.

2. Considerações finais

Se retornarmos ao início da seção anterior e, com isso, ao caráter “originário” do conceito de pátria, veremos que ele antecede as ideias de Estado e da nação. Apesar de o uso contemporâneo dos vocábulos torná-los quase que sinônimos, seus campos semânticos não se confundem (CATROGA, 2007, p. 22); a pátria, entendida como ato fundacional ou de concepção (Ibid., p. 23), invoca um sentido mais amplo e, em certa medida, meta-histórico. Isto se dá pois “Estado” e “nação”, enquanto produtos culturais que nascem e se transformam em função do tempo histórico, estão relacionados a comunidades políticas anteriormente formadas; essas comunidades imaginadas têm força agregadora, em virtude da comunhão que se dá entre os cidadãos pelo sentimento de pertencimento àquele território - a terra *pátria*, local de morada dos antepassados, que povoa o imaginário nacional.

A pátria nos aparece, então, como um meta-conceito. Como categoria fundamental e anterior de longa duração, a pátria supera a temporalização e as formas específicas adquiridas ao longo do processo histórico. Ela se refere, simultaneamente, a aspectos metafísicos, morais, culturais e políticos, de maneira que o seu conteúdo é preenchido de diferentes formas pelas civilizações. O conceito de pátria, a partir da politização acentuada nos séculos XVIII e XIX, comunga com a hipótese desenvolvida por Koselleck sobre a História, de maneira que se alarga o distanciamento entre um espaço de experiência - nesse caso, o sentido original e telúrico do termo, de forma mais reduzida - e um horizonte de expectativa - a comunidade política balizada pelos princípios do liberalismo, e o sentimento que é gerado a partir da celebração desses valores. Os autores da nova direita brasileira promovem uma apreensão da pátria que, embora tenha origem no conceito ibérico da virada do século XIX, ganha caracteres particulares e se pretende universal e exclusiva.

4. Referências bibliográficas sintéticas

ALVES, Maria Teresa Gonzaga. Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo: análise de surveys. **Opin. Publica**, Campinas , v. 6, n. 2, p. 187-225, out. 2000 . Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0104-62762000000200002>>. acesso em 13 ago. 2020.

BERLANZA, Lucas. **Guia bibliográfico da nova direita: 39 livros para compreender o fenômeno brasileiro**. São Paulo: Resistência Cultural, 2017.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 1995.

BRASIL PARALELO. **Brasil: a última Cruzada**. 2017. Documentário.

CANCIAN, Leonardo. **Olavo de Carvalho é um grande mestre**. 2020. Burke Instituto. Disponível em: <https://www.burkeinstituto.com/blog/conservadorismo/olavo-de-carvalho-e-um-grande-mestre/>. Acesso em: 19 maio 2020.

CARVALHO, Olavo de. **O futuro do pensamento brasileiro**. Faculdade da Cidade. Rio de Janeiro, 1997.

CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CATROGA, Fernando. Pátria e nação. **VII Jornada Setecentista, CEDOPE**, 2007.

CEPÊDA, V Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Revista de Ciências Sociais, v. 23, n. 2, p. 40-74, 2018.era

CHALOUB, J.; PERLATTO, F.. **Intelectuais da ‘nova direita’ brasileira: ideias, retórica e prática política**. Insight Inteligência. Rio de Janeiro, v. 1, p. 25-42, 2016.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. CRUZ; KAYSEL; CODAS (Orgs.). **Direita, volver!**. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

COUTINHO, J. P.. **As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

COUTINHO, J. P.; PONDÉ, L. F.; ROSENFELD, D.. **Por que virei à direita: três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

DE ORLEANS, Luiz Philippe et al. **Por que o Brasil é um país atrasado?**. Editora Novo Conceito, 2017.

DEMIER, Felipe; HOEVELER. (Orgs.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DIAS, Márcia Ribeiro. Nas brumas do HGPE: a imagem partidária nas campanhas presidenciais brasileiras (1989 a 2010). **Opinião Pública**, Campinas-SP, v. 19, n. 1, 2013.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3.a edição. São Paulo: Globo, 2001.

GARSCHAGEN, Bruno. Pare de Acreditar no Governo: por que os brasileiros não confiam nos políticos e amam o Estado. Editora Record, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira, Rio de Janeiro, Brasil: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1945>>. Acesso em: 16 Ago. 2020.

LÖWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 652-664, 2015.

MADEIRA, R. M.; TAROUÇO, G. da S. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós - Ciência Sociais**, UFMA, v. 8, nº 5, pp. 173-185, 2011.

MAITINO, Martin Egon. Direita, sem vergonha. *Plural*, v. 25, n. 1, p. 111-134, 2018.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Rev. tec. Patrícia Fontoura Aranovich São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NARLOCH, Leandro. Guia politicamente incorreto da história do Brasil. Globo Livros, 2009.

VALLADÃO, Rafael. Afinal, o que a nova direita deve a Olavo de Carvalho? 2018. Instituto Liberal. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/afinal-o-que-a-nova-direita-deve-a-olavo-de-carvalho/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

PAMPLONA, Marco Antonio. Pátria. In: FERES, João (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. 2ª edição. Editora UFMG, 2014.

RENTON, David. **The new authoritarians: convergence on the right**. Haymarket Books, 2019.

SALLES, Leonardo Gapary. **Nova direita ou velha direita com wi-fi?**: uma interpretação das articulações da “direita” na internet brasileira. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2017.

SANTOS, Fabiano; TANSCHKEIT, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia Internacional**, n. 99, p. 155-186.

TATAGIBA *et al.*, 2015. Protestas à direita no Brasil (2007-2015). CRUZ; KAYSEL; CODAS (Orgs.). **Direita, volver!**. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

VÉLEZ-RODRIGUES, R. **A Tradição Conservadora Brasileira**. Revista Nabuco, nº 3, abril, 2015.

WERNECK, Vianna Luiz. Americanistas e iberista: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. **Dados**, 1991.